



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

OFICINA DE INSERÇÃO URBANA: um estudo sobre a habitação social em Dourados-MS

Laura Gondim Nunes Martins de Araujo Diniz
Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN
laura.araujo@unigran.br

Raíssa Reolon
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
raissa.reolon3@gmail.com

Rafael de Sá Souza
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
arquiteto.desa@gmail.com

RESUMO

Este relato de prática descreve uma oficina pedagógica com o objetivo de analisar a inserção urbana de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Dourados-MS. A metodologia da oficina articulou fundamentos teóricos e práticas de campo, incluindo análise cartográfica quantitativa e validação qualitativa *in loco*. Os participantes, discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), utilizaram o Índice de Inserção Urbana, baseado em critérios de saúde, educação, lazer e mobilidade, para avaliar três empreendimentos: Harrison de Figueiredo, Jardim Guaicurus e Vila Roma. Os resultados revelaram um contraste entre os indicadores cartográficos, que em alguns casos sugeriam integração satisfatória, e a realidade vivenciada pelos moradores, que enfrentam barreiras significativas ao pleno direito à cidade. O diagnóstico final aponta para a segregação na produção de moradias populares e a insuficiência de infraestrutura de suporte, dificultando a integração urbana plena. O principal aprendizado reforça a necessidade de o planejamento urbano ir além dos dados numéricos, considerando a experiência humana para garantir a efetividade do direito à cidade. A oficina contribuiu para a formação profissional dos discentes, promovendo um olhar técnico mais sensível e humano sobre o planejamento urbano.

Palavras-chave: Inserção Urbana; Habitação de Interesse Social; Análise Cartográfica; Análise de Campo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A política habitacional brasileira teve no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, um de seus principais instrumentos de enfrentamento ao “déficit habitacional”, com significativa produção de moradias voltadas à população de menor poder aquisitivo. Entre 2010 e 2019, o programa apresentou forte consolidação em cidades médias como Dourados, localizada ao sul no estado de Mato Grosso do Sul, promovendo a implantação de diversos conjuntos habitacionais.

Entretanto, como apontam estudos sobre o tema, essa produção ocorreu predominantemente em áreas periféricas, orientada por uma lógica de redução de custos fundiários e viabilização econômica dos empreendimentos, o que contribui para tratar a moradia como um direito dissociado e negligenciar sua articulação com um direito mais amplo: o direito à cidade (Jesus, 2014; Souza, 2020; Vieira, 2025).

Nesse sentido, a análise da inserção urbana das habitações de interesse social torna-se fundamental para a compreensão do modelo recente de produção habitacional nas cidades brasileiras, marcado pela fragmentação e pela produção desigual do espaço urbano, uma vez que a questão habitacional ultrapassa a dimensão da unidade construída e envolve o acesso efetivo à cidade e às condições que sustentam a vida cotidiana.

Nessa perspectiva, compreender a moradia como direito implica reconhecer que a habitação digna depende de sua inserção qualificada no território urbano. Como destaca Jesus (2020), a efetivação do direito à cidade pressupõe o acesso equitativo às infraestruturas e aos serviços urbanos, exigindo a articulação entre moradia, mobilidade e equipamentos públicos.

Na cidade de Dourados-MS, observa-se que muitos empreendimentos do PMCMV foram implantados em áreas distantes do centro tradicional, frequentemente desprovidas de infraestrutura adequada (Jesus, 2014; Souza, 2020) e com acesso restrito a serviços essenciais, como saúde, educação, transporte e lazer (Vieira, 2025). Tal configuração reforça padrões de fragmentação socioespacial, na medida em que condiciona a população de baixa renda a territórios com menor oferta de serviços e equipamentos urbanos, contribuindo para processos de isolamento social.

Cabe ressaltar que a análise dessas dinâmicas em cidades médias revela-se fundamental para a compreensão das transformações recentes do espaço urbano brasileiro. Sposito e Sposito (2020) e Sposito e Góes (2013) destacam a importância de focar a relação entre a produção do espaço na contemporaneidade e fragmentação também nesses contextos, uma vez que tais

idades passam a desempenhar papéis cada vez mais relevantes na rede urbana, ao mesmo tempo em que reproduzem e particularizam processos de desigualdade socioespacial.

Nesse cenário, a configuração espacial dos conjuntos habitacionais de baixa renda em Dourados-MS evidencia não apenas a periferização, mas a constituição de um tecido urbano descontínuo e fragmentado. Conforme destaca Calixto (2021, p. 10), os empreendimentos estão “concentrados, sobretudo, na porção sul e sudeste da cidade e separados do tecido urbano consolidado pela rodovia BR-163”, o que reforça barreiras físicas e funcionais à plena integração urbana.

Tal condição, como observa Salgueiro (2001, p. 115) é uma “[...] ocorrência da contiguidade sem continuidade”, expressa na proximidade física sem integração efetiva entre as partes da cidade. Essa configuração aprofunda as desigualdades socioespaciais ao dificultar o acesso a serviços e equipamentos urbanos.

Diante desse contexto, torna-se necessário o desenvolvimento de instrumentos que permitam diagnosticar de forma crítica a inserção urbana dos empreendimentos habitacionais voltados à população de menor poder aquisitivo. Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a oficina como um instrumento pedagógico voltado à análise da inserção urbana de conjuntos habitacionais do PMCMV em Dourados-MS.

A proposta articula fundamentos teóricos e práticas de campo, possibilitando a identificação de fragilidades e potencialidades relacionadas à localização, ao acesso e à oferta de infraestrutura. A oficina, enquanto estratégia metodológica, configura-se como um espaço de aprendizado ativo, no qual os alunos são estimulados a compreender a cidade como um processo dinâmico e desigual, resultante de múltiplas determinações socioespaciais.

Ao adotar essa abordagem, o trabalho não apenas contribui para o diagnóstico das condições de inserção urbana da habitação de interesse social, mas também para a formação de uma leitura crítica acerca das políticas habitacionais contemporâneas. Reafirma-se, assim, que a efetivação da moradia digna está intrinsecamente vinculada à sua integração ao tecido urbano, exigindo a articulação entre habitação, infraestrutura, mobilidade e serviços, como condição para a garantia do direito à cidade.

2 DESENVOLVIMENTO

A oficina foi estruturada a partir de uma abordagem didático-metodológica que articula, de forma integrada, momentos de fundamentação teórica e visita técnica, concebidas como

vivência empírica do território. Realizada durante a XVI Jornada Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), em 2025, a atividade teve como objetivo promover uma compreensão crítica da inserção urbana de conjuntos habitacionais de interesse social na cidade de Dourados-MS, possibilitando aos discentes analisar, de forma articulada, as condições de infraestrutura e os aspectos socioeconômicos que incidem sobre esses empreendimentos.

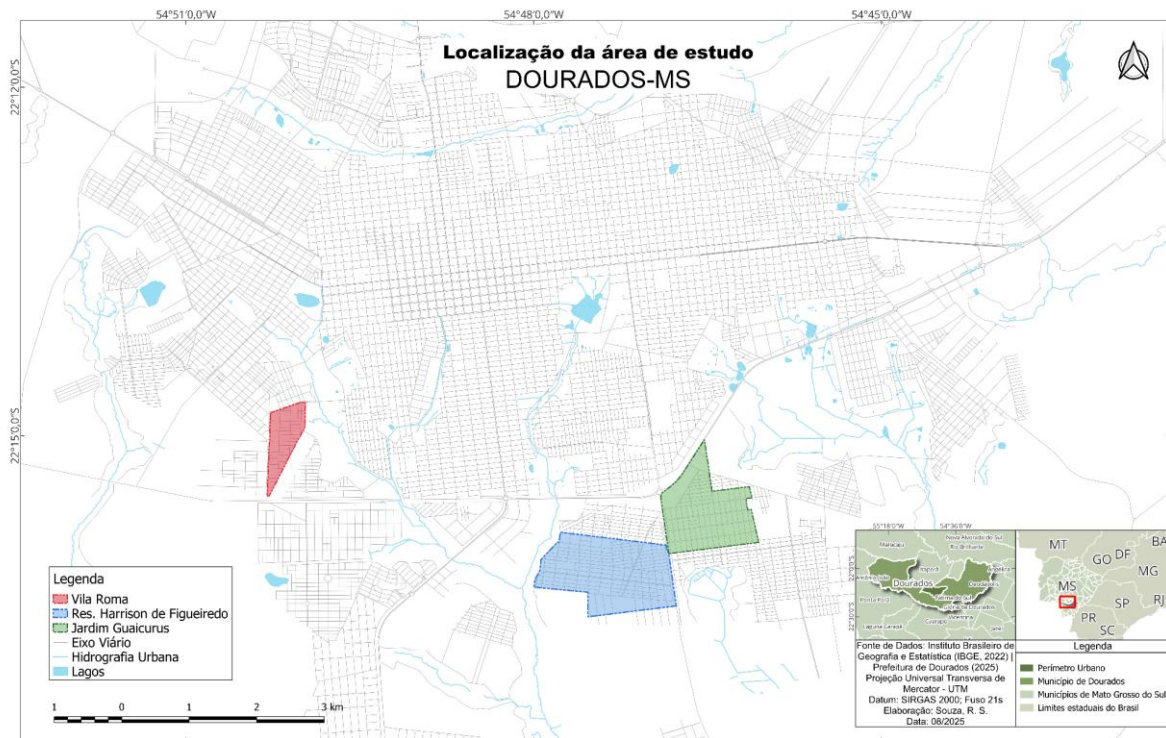
Com base na literatura especializada desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários (LEUA) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), voltada à análise da produção habitacional de interesse social em Dourados-MS, foram selecionados três conjuntos habitacionais para compor o recorte empírico da análise: Harrison de Figueiredo, Jardim Guaicurus e Vila Roma. Destaca-se que todos os conjuntos selecionados são provenientes do PMCMV, apresentando características semelhantes quanto ao modelo de implantação e à quantidade de unidades habitacionais.

No que se refere à localização, os conjuntos Harrison de Figueiredo e Jardim Guaicurus situam-se na porção sudeste da cidade, enquanto Vila Roma localizam-se na porção sudoeste. Essa seleção buscou garantir certa isonomia na análise comparativa, permitindo a avaliação de empreendimentos com condições relativamente equivalentes, de modo a evidenciar, com maior precisão, as diferenças relacionadas à inserção urbana.

Assim, o primeiro momento da oficina consistiu na apresentação dos fundamentos conceituais relacionados à inserção urbana, tomando como principal referência teórica o trabalho de Vieira (2025), que orienta a compreensão da relação entre habitação de interesse social e acesso a determinados serviços urbanos (saúde, educação, lazer e mobilidade). A partir dessa base, buscou-se introduzir os alunos às principais discussões acerca da qualidade da inserção territorial, enfatizando que a análise da moradia deve considerar sua articulação com a estrutura urbana mais ampla.

Vieira (2025) propõe quatro eixos principais (saúde, educação, lazer e mobilidade) de avaliação. Esses critérios foram apresentados como dimensões fundamentais para a avaliação da inserção urbana, uma vez que expressam condições concretas de acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Essa etapa teve como objetivo fornecer o embasamento teórico-metodológico necessário para orientar a leitura do território, permitindo que os alunos interpretassem os dados levantados nas etapas posteriores da oficina.

Figura 1: Localização dos empreendimentos de interesse social em Dourados-MS (2025)



Fonte de dados: IBGE (2022), Prefeitura de Dourados (2025). Org.: Os autores (2025).

Na sequência, desenvolveu-se a etapa prática em sala de aula, voltada à análise cartográfica dos conjuntos habitacionais selecionados. Os participantes, organizados em grupos, utilizaram mapas impressos como suporte para a identificação e marcação dos equipamentos urbanos relacionados aos parâmetros estabelecidos.

As distâncias entre os conjuntos habitacionais e os equipamentos urbanos foram aferidas com base no método euclidiano, considerando o centro da área de estudo como ponto de referência e utilizando a escala gráfica dos mapas para conversão em metros. Segundo Vieira (2025) o método euclidiano considera uma distância em linha reta entre dois pontos e, embora não considere a realidade e os desafios de percursos pedonais, serve de amostra para traçar estimativas dimensionais para o cálculo da inserção urbana. Paralelamente, foram registradas interpretações preliminares acerca das condições de acessibilidade, incluindo a identificação de possíveis barreiras físicas e limitações no acesso aos serviços, ainda que em caráter teórico.

O terceiro momento correspondeu à etapa de validação empírica, realizada por meio de trabalho de campo. Os grupos, acompanhados pelos docentes responsáveis, realizaram visitas

in loco aos conjuntos habitacionais analisados, percorrendo os trajetos previamente identificados na etapa cartográfica.

Esse processo permitiu confrontar os dados levantados em ateliê com a realidade observada, incorporando a realidade cotidiana dos moradores locais. Durante o percurso, foram avaliadas as condições efetivas de acesso aos equipamentos urbanos, a qualidade da infraestrutura disponível e as características da paisagem, possibilitando uma leitura mais aprofundada da inserção urbana dos empreendimentos.

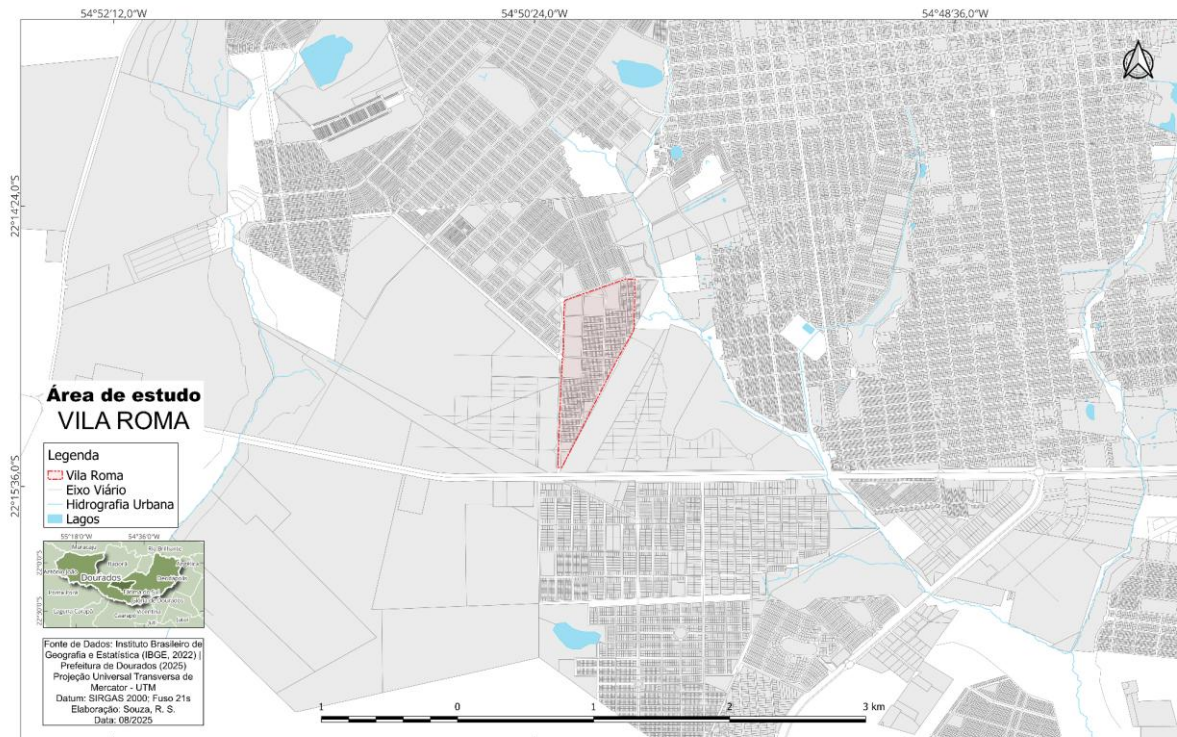
Por fim, os dados obtidos nas etapas anteriores foram sistematizados na forma de relatórios elaborados pelos grupos, nos quais foram confrontadas as análises cartográficas e as observações de campo. Essa etapa final possibilitou a síntese crítica dos resultados, evidenciando as fragilidades e potencialidades da inserção urbana dos conjuntos habitacionais estudados.

2.1 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A metodologia aplicada na oficina estruturou-se na análise do Índice de Inserção Urbana, fundamentada nos critérios estabelecidos por Vieira (2025) para o contexto de Dourados-MS. Para o procedimento aplicado, foram estabelecidas duas etapas de trabalho: a análise cartográfica quantitativa e a validação qualitativa em campo, permitindo um diagnóstico comparativo entre cidade planejada e cidade vivida.

Cabe ressaltar que o par dialético quantidade-qualidade não descreve campos de análise opostos, mas sim complementares, que se transformam mutuamente (Sposito; Sposito, 2022). Ao estabelecer um processo metodológico que se propõe a analisar ambos, possibilita-se que determinados grupos quantitativos e suas respectivas representações qualitativas se interconectam e, assim, permitir como modos e condições de vida urbana expliquem dados numéricos cartográficos.

Figura 2: Mapa de Localização do empreendimento Vila Roma, uma das três áreas de estudo de Dourados-MS (2025)



Fonte de dados: IBGE (2022), Prefeitura de Dourados (2025). Org.: Os autores (2025).

2.2 ANÁLISE CARTOGRÁFICA E PARÂMETROS DE INSERÇÃO

A primeira etapa consistiu no levantamento técnico da infraestrutura disponível nos conjuntos habitacionais sorteados (Harrison de Figueiredo, Jardim Guaicurus e Vila Roma). Utilizando mapas impressos em escala adequada, os discentes participantes realizaram a identificação de equipamentos públicos nas quatro categorias essenciais definidas por Vieira (2025): Educação, Saúde, Lazer e Mobilidade.

Para a aferição das distâncias, o método euclidiano foi operacionalizado com o uso de compassos e réguas sobre a base cartográfica, representada na figura a seguir. Cada equipe trabalhou sobre um material impresso com a área de estudo centralizada, permitindo a leitura de um entorno de aproximadamente quatro quilômetros de raio, tendo o centro geográfico do empreendimento como ponto de referência para as aferições métricas.

As distâncias medidas na cartografia foram confrontadas com a referência estabelecida por Vieira (2025), que definiu pesos de inserção variando de "Muito Alta" a "Muito Baixa" para cada categoria de equipamento. Os valores estabelecidos pelo referido autor foram sintetizados

na tabela a seguir:

Quadro 1: Síntese das distâncias aplicadas aos equipamentos para a análise dos índices de inserção urbana

Eixo de Análise	Equipamento Selecionado	Distância para Inserção "Muito Alta"	Distância para Inserção "Baixa"
Educação	CEIM	1,0 km a 1,5 km	> 2,501 km
	Escolas Municipais/Estaduais	1,5 km a 2,0 km	> 3,01 km
Saúde	UBSF (Unidade Básica de Saúde)	1,0 km a 1,5 km	> 2,501 km
	CRAS	2,0 km a 2,5 km	> 4,01 km
Lazer	Praças e Parques Urbanos	1,5 km a 2,0 km	> 3,01 km
Transporte	Pontos de Ônibus	500 m a 1,0 km	> 2,01 km

Fonte: Vieira (2025). Adaptado pelos autores (2025).

Durante esta etapa, os grupos utilizaram canetas coloridas para demarcar e diferenciar a distribuição dos equipamentos no entorno visível e traçar os raios de influência a partir do centro, criando circunferências de distâncias a cada 500 metros. A partir disso, as equipes puderam levantar a quantidade de equipamentos disponíveis e registrar suas respectivas distâncias, a serem incorporadas no cálculo do índice de inserção urbana.

A metodologia adotada por Vieira (2025) utilizou-se de ferramentas SIG (Sistema de Informação Geográfica) para calcular e computar os índices de inserção urbana para Dourados-MS. O processo foi adaptado para a experimentação da oficina, de caráter analógico. O cálculo para o índice de inserção urbana elaborado pela seguinte fórmula:

$$\text{Índice do bloco (\%)} = (\text{pontuação obtida} / \text{pontuação máxima possível do bloco}) \times 100$$

Os blocos, ou seja, as quatro categorias de equipamentos, foram analisadas separadamente e, conforme suas distâncias foram comparadas com a referência, cada grupo atribuiu pesos de 1 a 5 (de índice de inserção muito baixo a índice muito alto) para cada ponto registrado. Ao finalizarem a somatória de cada bloco, a fórmula foi aplicada para se obter o índice de inserção urbana de cada categoria, considerando a seguinte classificação:

- > 80% - Muito alta inserção
- 60–80% - Alta inserção
- 40–60% - Média inserção

- 20–40% - Baixa inserção
- < 20% - Muito baixa inserção.

O Índice de Inserção Urbana dos empreendimentos foi calculado por meio da somatória dos valores obtidos pelas categorias dividido por quatro. Foram registradas interpretações preliminares, como a existência de barreiras físicas (vazios urbanos, rodovias ou acidentes geográficos) que poderiam dificultar o acesso real, mesmo que a distância euclidiana fosse favorável.

2.3 VALIDAÇÃO E TRABALHO DE CAMPO

A segunda fase do procedimento metodológico consistiu na validação *in loco* dos dados levantados. Os grupos, acompanhados pelos professores ministrantes, realizaram uma visita técnica aos empreendimentos para confrontar a análise em ateliê com a realidade física e social do território.

O procedimento de campo focou na observação sistemática de elementos que a cartografia não alcança. Dentre os critérios estabelecidos, foram enquadrados os de maior relevância:

- **Qualidade do Percurso:** Verificação da existência e estado de conservação de calçadas, acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e presença de iluminação pública;
- **Funcionalidade dos Equipamentos:** Avaliação visual do estado de manutenção das praças, escolas e unidades de saúde, bem como a frequência e sinalização dos pontos de transporte público;
- **Percepção da Paisagem:** Registro da presença de arborização urbana e da sensação de segurança e bem-estar no trajeto a pé.

Os percursos feitos a pé para as observações de campo mantiveram uma média de um quilômetro no entorno de um marco de referência do bairro, seja uma escola, posto de saúde etc. As equipes analisaram os equipamentos demarcados nos materiais cartográficos e confrontaram com a realidade observável na paisagem urbana, registrando os equipamentos por meio de fotografias.

Esta etapa foi essencial para transformar os índices quantitativos em um diagnóstico qualitativo, permitindo que os participantes elaborassem laudos críticos sobre o real nível de inserção dos loteamentos de interesse social na malha urbana de Dourados.

3 RESULTADOS, DESAFIOS E APRENDIZADO

Os resultados da oficina evidenciaram um contraste marcante entre a análise de ateliê e a realidade experienciada pelos moradores nos três empreendimentos visitados. A aplicação da metodologia de inserção urbana permitiu identificar que, embora os indicadores cartográficos sugeriram uma integração satisfatória em muitos casos, a vivência local revela barreiras significativas ao pleno direito à cidade.

Na fase de análise em sala, os grupos processaram os dados geográficos dos loteamentos, classificando-os de acordo com os critérios de Vieira (2025). Os índices quantitativos apontaram níveis de inserção promissores, conforme sintetizado abaixo:

- **Vila Roma:** A análise cartográfica indicou uma inserção muito alta em relação aos equipamentos de educação e uma alta inserção em áreas de lazer. Os índices de saúde e mobilidade, embora em patamares intermediários, sugeriram uma proximidade teórica funcional com a malha urbana consolidada.
- **Jardim Guaicurus:** O diagnóstico preliminar posicionou o bairro em uma classe de alta inserção. Os dados espaciais apontavam para uma boa distribuição de escolas, unidades de saúde e pontos de transporte coletivo, indicando que o loteamento estaria, em tese, bem articulado com os serviços públicos essenciais.
- **Harrison de Figueiredo:** Os indicadores espaciais também desenharam um cenário de forte inserção urbana. A leitura dos raios de influência sugeriu que os moradores teriam acesso facilitado aos equipamentos selecionados, cumprindo os parâmetros normativos de proximidade.

Esses números, se tratados isoladamente, poderiam levar à conclusão de que os empreendimentos do PMCMV em Dourados instalados nestas porções da cidade estão bem assistidos dos equipamentos essenciais. No entanto, a metodologia da oficina exigiu o confronto desses dados com a realidade física e sensorial do território.

Figura 3: Discentes durante a pesquisa de campo



Fonte: Os autores (2025).

O trabalho de campo alterou as percepções iniciais ao revelar fragilidades que a cartografia não consegue traduzir. A padronização das observações nos três bairros permitiu identificar problemas recorrentes, sistematizados a seguir:

Quadro 2: Dados comparativos da Validação em Campo

Aspecto de Análise	Vila Roma	Jardim Guaicurus	Harrison de Figueiredo
Infraestrutura Viária	Presença de desníveis consideráveis e falta de calçadas padronizadas, dificultando o deslocamento seguro.	Condições irregulares de pavimentação e calçadas precárias, comprometendo a fluidez do pedestre.	Barreiras físicas e falta de pavimentação adequada em trechos estratégicos de acesso.
Conforto Ambiental	Baixo índice de arborização urbana, resultando em percursos expostos ao sol e desconforto térmico.	Deficiências severas no conforto térmico devido à ausência de vegetação de porte nas vias.	Arborização insuficiente, o que contribui para uma paisagem árida e pouco convidativa ao caminhar.

Acessibilidade Real	Longas distâncias reais percebidas no trajeto a pé, que contrastam com a proximidade teórica do mapa.	Distâncias reais que interferem diretamente na mobilidade cotidiana e no bem-estar dos usuários.	Vazios urbanos que criam barreiras psicológicas e físicas, aumentando a percepção de isolamento.
Equipamentos	Escassez de áreas de lazer públicas e pontos de transporte, afetando a mobilidade real e o bem-estar proveniente das áreas de descompressão.	Ausência de abrigo ou marcação física nos pontos de ônibus, além da carência de parques. A praça existente mais próxima se trata de uma área livre sem qualquer tipo de infraestrutura.	Os equipamentos existentes não possuem em seu entorno a qualidade ambiental necessária para o acesso a pé. Praças e parques estão para além das rodovias, distantes.

Fonte: Os autores (2025).

A oficina demonstrou que a inserção urbana é um conceito que atravessa dimensões. A figura a seguir ilustra os resultados da análise em suas duas etapas por uma das equipes da oficina. A confrontação das distâncias no mapa com a realidade vivenciada em campo permitiu aos envolvidos compreender a combinação dos dados quantitativos e qualitativos em pesquisas socioespaciais.

No Jardim Guaicurus, embora bem posicionado em termos de proximidade, segundo as distâncias definidas por Vieira (2025), a realidade aponta fragilidades que afetam severamente os percursos a pé no cotidiano. No Vila Roma, o uso recorrente de transporte coletivo ou longas caminhadas tornam-se necessários devido à baixa qualidade do entorno, ao mesmo tempo em que a falta de conservação ou até mesmo a inexistência de pontos de ônibus seja uma realidade. No Harrison de Figueiredo, a baixa qualidade ambiental e a falta de conforto térmico em dias de forte radiação solar tornam o caminhar a pé uma tarefa desgastante, além de considerar a inexistência de áreas de lazer efetivamente próximas.

Figura 4: Análise cartográfica e levantamento fotográfico em campo do bairro Harrison de Figueiredo



Org.: Os autores (2025).

Em suma, o diagnóstico final aponta que a produção de moradias populares em Dourados tem ocorrido de forma segregada. A entrega da unidade habitacional não tem sido acompanhada pela infraestrutura de suporte necessária, principalmente se tratando das quatro categorias analisadas, enfrentando barreiras para uma integração urbana plena.

O aprendizado central da prática reforça que o planejamento urbano deve ir além dos dados numéricos e considerar a experiência humana, garantindo que o direito à cidade seja efetivo e não apenas um dado cartográfico.

Ainda, um dos principais desafios superados pela oficina ministrada foi a de ler e interpretar a complexidade urbana apenas através da cartografia. A partir da caminhada, realizada em um dia quente e ensolarado, trouxe para os discentes o impacto de se vivenciar a realidade periférica, mesmo que por alguns minutos.

A oficina contribuiu academicamente para a formação profissional dos discentes, incentivando a elaboração de diagnósticos que considerem a experiência do usuário morador, além de ampliar a percepção sobre o planejamento urbano, construindo um olhar técnico mais sensível e humano.



REFERÊNCIAS

CALIXTO, Maria J. M. S. Da lógica centro-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média. **Mercator**, Fortaleza, v.20, e20028. ISSN:1984-2201. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20028>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/c6Fy9q5DXgzzg5Xgrz6b6RM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2025.

JESUS, S. L. de. **A Política Pública Habitacional e os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma Cidade Média: Dourados-MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

SALGUEIRO, T. **Lisboa, periferia e centralidades**. Oeiras: Celta, 2001.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

SPOSITO, E. S., SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, n.19. 2020, p. 1-13. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/55sLWtgZ6DSb5h8B7Vymwkv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SPOSITO, M. E. B., GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades. Insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

SOUZA, L. C. L. G. **O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média: Dourados-MS: Uma análise do processo de segregação socioespacial**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

VIEIRA, J. C. **Os empreendimentos verticais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – faixa 1 – em Dourados-MS: uma análise da inserção urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2025.